



# POÉTICAS SONORAS DE DISSIDÊNCIAS E “REXISTÊNCIAS”: os (trans)feminicídios e racismos epistêmicos e musicais no Brasil

LAILA ROSA

Musicista, compositora, cantora, instrumentista e pesquisadora pernambucana. Graduada em Licenciatura em Música pela Universidade Federal de Pernambuco (2002), é mestre (2005) e doutora em Música - etnomusicologia pela Universidade Federal da Bahia (2009), com bolsa CAPES de doutorado sanduíche de 1 ano realizado na New York University (Nova York, 2007-2008), onde esteve vinculada ao Center for Latin American and Caribbean Studies (CLACS) e ao Programa de Pós-Graduação em música. Desde 2010 é professora adjunta da Escola de Música, do Programa de Pós-Graduação em Música, onde é também coordenadora desde 2016, e do Programa de Pós-Graduação em Estudos sobre Gênero, Mulheres e Feminismo, ambos da UFBA. É pesquisadora permanente do NEIM/UFBA (Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Mulher), e também pesquisadora dos grupos GEMBA (Grupo de Estudo e Pesquisa de Música na Bahia)/UFBA e do Grupo Estudos de Gênero, Corpo e Música/UFRGS. É coordenadora da Feminaria Musical: grupo de pesquisa e experimentos sonoros, que integra a linha da pesquisa Gênero, Cultura e Arte do NEIM.

## RESUMO

A expressão “*reXistência*” utilizada pela ativista e transfeminista Viviane Vergueiro (2016) cai como uma luva para compreender de que forma os estudos feministas, *queer* e decoloniais têm a contribuir sobre o debate de gênero numa perspectiva interseccional que permeia o campo da materialidade musical, dos ativismos feministas e também o campo da produção de conhecimento sobre música no Brasil. A mesma considera as articulações entre a categoria gênero e as relações étnicorraciais, dissidências sexuais e demais marcadores sociais da diferença, tais quais, classe social, geração, acessibilidade, dentre tantos outros. Estas elaboram e são elaboradas por produções de conhecimento e engajamentos com sujeitxs, comunidades e grupos dissidentes que permanecem invisibilizados no campo dos estudos sobre música no Brasil. Deste modo, interessa aqui discutir sobre a relevância das abordagens e vivências *reXistentes* de corpos periféricos que foram e continuam “deslocados” e “fronteiriços”, compondo espaços de *reXistência* ao racismo e (trans)feminicídios epistêmicos em música, seja através dos seus ativismos, seja através de sua produção de conhecimento de cunho mais teórico.

## PALAVRAS-CHAVE:

(Trans)Feminismos decoloniais.  
Racismo epistêmico em música no Brasil.  
Ativismos feministas.

## ABSTRACT

*The expression “reXistence” used by the activist and transfeminist Viviane Vergueiro (2016) contributes to understand how the Feminist, Queer and Decolonial studies have deal with the gender debate, under an intersectional approach that permeates the field of musical materiality, and specifically, the knowledge production on Music in Brazil. It considers the articulation between the category of gender and ethnic-racial perspective, sexual dissidences and other social markers of difference, such as social class, generation, accessibility, among others. Those categories elaborate and are elaborated by knowledge production and political engagements towards/with communities and dissident groups that remain invisible in the field of the knowledge production on Music in Brazil. In this way, it is interesting to discuss the relevance - from the existing theoretical approaches to the musical and creative strategies of these peripheric bodies that have been and continue to be “displaced” and “frontier”, composing spaces of “reXistence” against racism and (trans) feminicide epistemologies in music, both in its Arctivism and Knowledge Production in terms of theoretical approaches.*

## KEYWORDS:

*Decolonial (Trans)Feminicides.  
Epistemological (Trans)Feminicide and Racism in Music.  
Feminist Arctivism.*

**“Eu não consigo falar de amor..”:**  
das dissidências e reXistências para o (trans)feminicídio como  
categoria musical'

“Eu não consigo falar de amor/ Não consigo/  
Isso me sufoca/ Isso me faz perder o ar/  
Me faz perder o eixo/ Me exortar

Eu não consigo falar de amor/  
Estou imersa na desgraça/  
O amor que consigo gritar/  
É para mandar se fuder/É querer a Guerra/  
Até me perder/ Entre lanças e farpas/  
Trincheiras e armas/ É falar de amor que dói

Eu não consigo mais gritar o amor/  
Por que o amor que eu conheço/ Sangra/  
Arranca do meu peito o pulsar/  
Eu quero falar desse amor Que é o amor que conheço/  
Eu não sei me dissolver/ Nesse amor romântico/  
Mas eu sinto/ Tranbordo aqui/ Em mim/Eu mar

Esse jeito infernal/  
De equilibrar no sentido entre o amor e odiar/  
Entre a ausência de armas/ E a vontade de atirar/  
Entre amor perdido/E o ódio sucumbido/  
Entre a verdade rasgada/ O sonho perdido/  
Entre os desejos anulados/ E os abusos cometidos/  
Entre o jogo roubado

Aqui não pulsa mais um coração/Pulsa uma cova/  
Uma alcôva coberta de rancor/  
Que desaprendeu acreditar/ Na desgraça do amor.”

Letícia Argolo

**1** Antes de iniciar esta leitura, ouçamos o Hino Nacional cantado na língua Tikuna por Djuena Tikuna, cantora indígena, para uma escuta-respiro de esperança. \*Antes de iniciar esta leitura, ouçamos o Hino Nacional cantado na língua Tikuna por Djuena Tikuna, cantora indígena, para uma escuta-respiro de esperança. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kpRhGsYLxZE>>. Acesso em: 20 ago. 2018.



### **Em performance** realizada durante o 3º Encontro

Novembro Negro nas Artes<sup>2</sup>, a poetisa e ativista negra baiana, Letícia Argolo, declarou que a poesia é a “sua área de pesquisa cotidiana”. Letícia, que é professora da Rede Pública de ensino em Salvador, majoritariamente negra e periférica, afirma que “a única forma de não perder a placa é a poesia, que não me faz silenciar, é a poesia, que é esse lugar de resistência...”. Naquela manhã, a performance de Letícia foi propositadamente gritante e incômoda por sua visceralidade que sabe das coisas. Dela exalava sangue e indignação. Os poros de sua poesia sangravam denunciando o racismo, o sexismo e as LGBTTQI-fobias que matam a cada dia.

É forte gritar “não consigo falar de amor” ou que “desaprendeu a acreditar na desgraça do amor...”, mas, infelizmente, é uma verdade que não podemos abrir mão quando falamos sobre experiências dolorosas de violência em suas diversas faces. É o luto. O grito. O desabafo. A catarse poética. É preciso ter coragem e leveza para falar sobre as *reXistências* de cada dia, sobre os (trans)feminicídios que se estruturam numa lógica de extermínio físico, psicológico e também simbólico, que inclui o musical<sup>3</sup>. A poesia de Letícia é, portanto, catarse necessária de enfrentamento, assim como é a militância no campo dos direitos humanos: indígenas, das populações negras, das mulheres em sua diversidade, das pessoas LGBTTQI, dentre tantas outras. Estas materializam experiências musicais e artistas diversas que estão ancoradas pelas epistemologias feministas decoloniais, antirracistas e *queer* em música. São “*dissidências*” e “*reXistências*” que nutrem e fortalecem uma produção de conhecimento engajada em relação a questões que gritam violentamente aos nossos tímpanos, reverberam em nossos corpos e nos atingem de maneira desigual<sup>4</sup>.

Esta produção de conhecimento *dissidente* e *reXistente* em música não propõe “dar voz”, muito menos “empoderar” um grupo ou movimento, pois cada um/a possui sua voz, se empodera, canta, toca e grita. As dissidências existiram e existem, lutaram e lutam por condições sociais e políticas justas desde sempre. Ao mesmo tempo, cada um/a silencia ou pode ser silenciada/o particularmente, individualmente enquanto sujeita/o, pois o (trans)feminicídio atinge o plano físico, matando e silenciando a nós mulheres cis e trans, diariamente. Contudo, as nossas causas e engajamentos coletivos operam como poderosas sementes da esperança e do engajamento pela renovação e *reXistência* dentro destas interlocuções dissidentes<sup>5</sup>.



Ao mesmo tempo em que, no Brasil, estamos vivendo uma onda de terror político e “caça às bruxas” atualizada pelo Programa e agora projeto de lei “Escola sem Partido”<sup>6</sup>, considerado pelas Nações Unidas como ameaça aos direitos humanos e protagonizada pelos setores conservadores de ultra-direita, que se engajam na suposta luta contra a “Ideologia de gênero”<sup>7</sup>. A mesma é atravessada pela censura à liberdade de ensino, pelo sexismo e LGBTTQI-fobias, ignorando a realidade dos (trans)feminicídios e racismos como estruturantes da sociedade brasileira.

O “Escola Sem Partido” emprega o conceito de gênero de maneira profundamente distorcida, adicionando “ideologia de gênero”, sem considerar a historicidade teórica e política do termo para o campo dos direitos humanos como um todo. O conceito de gênero problematiza as relações de poder e desigualdade de direitos imbricadas nas mais diversas culturas e sociedades (SCOTT, 1990).<sup>8</sup> Diante deste panorama aterrorizante, é ainda mais importante falarmos sobre gênero numa perspectiva interseccional enquanto agenda social, política, cultural e artística/artivista coletivas.

Em relação ao campo da materialidade musical, especificamente, antes de haver som, música, há um corpo. Este corpo é histórica e politicamente situado em termos de identidade de gênero, étnicorracial, orientação sexual, classe social, acessibilidade, regionalidade, nacionalidade, religião, etc... que conferem a sua materialidade sonora, representando (ou não) corpos considerados *dissidentes*. E assim também me situo nos termos dos “saberes localizados”, propostos por Donna Haraway (1995), para tecer uma escrita musical corporificada<sup>9</sup> dentre corpos, sonoridades e *corpus* teóricos dissidentes em relação às hegemonias branca, masculina, heterossexual, cis-gênera, capacitista, etarista, etc.<sup>10</sup>, na esperança de que construamos uma sociedade e Estado de direitos e justiça social, que no atual momento político no Brasil, encontra-se claramente ameaçada, inclusive, o direito à vida e à expressão para todxs.

Celebro o “bem viver” trazido pelas mulheres negras em Marcha e não apenas o *sobreviver*<sup>11</sup>. E é nesta perspectiva que a expressão “*reXistência*” utilizada pela transfeminista Viviane Vergueiro (2016) contribui para pensarmos sobre o seu potencial de fortalecimento das redes por serem afetivas e políticas.

De todas maneiras, se neste caminho aponto enfaticamente que a efetividade (política, em particular) dos conhecimentos que se constituem como estudos *queer* tem apresentado limitações, faço-o no sentido de respeitar



profundamente a genealogia destes estudos, em suas resistências, em suas criticidades e contribuições críticas para re+definições e transformações no campo de gêneros e sexualidades, especialmente em termos da esfera acadêmica, no caso. Suas proposições inspiram, em diferentes maneiras, atuações mais veementes em relação aos sistemas acadêmicos. Portanto, mesmo entre descon siderações nos estudos *queer* em relação a algumas questões institucionalizadas de sistemas dominantes de gênero e perspectivas acrí ticas relativas a injustiças epistêmicas interseccionais que estruturam os sistemas acadêmicos, considero necessário fazer estes apontamentos críticos concomitantemente ao reconhecimento das várias importâncias que os estudos *queer* tiveram durante o desenvolvimento deste trabalho. Importâncias que se expressaram não somente do ponto de vista mais 'diretamente' teórico+político, mas também enquanto possibilidade de construção de redes afetivas de solidariedade e aliança. (VERGUEIRO, 2015, p.99, grifos meus).

A autora considera as *resistências* como enfrentamentos aos *sistemas*<sup>12</sup>, e é nestes termos que proponho uma ampliação para uma escuta musical/sonora inclusiva, que não apenas reconheça protagonismos musicais de corpos dissidentes, como se comprometa com uma produção de conhecimento e ativismo antissexista, antirracista e pelo respeito à diversidade humana.

A invisibilização, geralmente pautada pela desqualificação ancorada na perspectiva do "temático" e do "específico" em detrimento do "geral" e "universal", consiste em (trans)feminicídio e racismo epistêmicos e musicais, visto que hierarquiza as opressões, invisibilizando sujeitxs e protagonismos musicais subalternizados. Defendo, portanto, que (trans)feminicídio deve ser compreendido também como categoria musical para debatermos tais dissidências e *reXistências* que estão para além do conceitual.

Estas contemplam corpos, identidades, vivências, histórias de vida, enfrentamentos diversos. Contemplam ainda a materialidade musical através de temas, afetividades, sonoridades, representatividades, repertórios musicais, produções artísticas, ativismos, etc,<sup>13</sup> se arriscando por caminhos teórico-metodológicos e processos criativos corporificados experimentais e colaborativos, problematizando o lugar de autoridade masculina branca e heterossexual da autoria e de suas formatações hegemônicas que se pretendem universalizantes e "neutras".

**"Amoras de rio" nas "marés que vêm":  
silenciamento x invisibilização<sup>14</sup>**

"Que nossas redes e coletividades formem amoras  
cada vez mais intensas e significativas, em  
resistência a todas normatividades.

Amoras de rio./ São lágrimas o que trago/  
Meio a risos de desagravo/

Junta a águas de indignações.

Não estou mais somente na ausência do indizível/  
Na morte do filho idealizado/  
Nem tampouco nos corpos que retratam/  
Retalhados em vidas e mortes.

Rio de nome/ Rio de nomes/ Rios de nomes/  
Rios que me atravessam a vida/

Me navegam em tristezas e alegrias/

E – alguns deles – agora fazem a mulher em mim,

Em solidariedades e resistências./ Somos atlânticas/  
Juntas às marés que vêm".



Inspirada pelas “marés que vêm” de Viviane Vergueiro (2016), proponho o aprofundamento e navegação nesta importante e transformadora interlocução que busca as articulações entre a categoria gênero e as relações étnicorraciais, dissidências sexuais e demais marcadores sociais da diferença no campo do sonoro, do musical.

O debate sobre gênero é fundamental, considerando que a sua diversidade, especificidade e caráter social, cultural e político são estruturantes para compreendermos o musical e fortalecermos interlocuções de maneira mais equânime, buscando estratégias criativas para abordarmos estas questões através da materialidade de nossos ativismos, elaborando outras perguntas, metodologias e processos criativos, sobretudo pautados pela horizontalidade e cocriação. Este deverá incluir as mulheres (em sua diversidade) e as identidades de gênero e sexualidades dissidentes como importantes questões, presenças, corporalidades a serem ouvidas, sentidas, debatidas e aprofundadas com as pessoas que vivem cotidianamente esta realidade de ser dissidentes num contexto de nação patriarcal heterossexual, classista e racista.

No campo dos estudos sobre música e antropologia musical, a questão do multiculturalismo é presente, priorizando a perspectiva da etnicidade, classe social e da diferença. Contudo, há uma forte relação com o que a autora dominicana Ochy Curriel<sup>15</sup> define como “regime heterossexual”. Ao abordar o contexto colombiano, a mesma problematiza que embora a perspectiva do multiculturalismo tenha permitido um espaço político, social e cultural a grupos sociais antes invisibilizados, como é também o caso no Brasil, por outro lado, fortaleceu uma retórica de “autenticidade cultural” com vistas ao reconhecimento pelo Estado, através de políticas públicas, que impactam negativamente a vida das mulheres e lésbicas, especificamente (CURIEL, 2013, p.162 e 164), invisibilizando estas agendas.

Aprendi com a intelectual negra Anni Carneiro<sup>16</sup> que não há, nem nunca houve silenciamento no seu sentido estrito. Embora exerçam um poder significativo através de suas estruturantes violências, a sociedade, a academia, a colonialidade de saber e de poder e o capitalismo não calaram as vozes dissidentes, no caso das mulheres negras. As mesmas sempre ecoaram e foram para o enfrentamento sem pedir licença de ocupar espaços que também são seus por direito, ainda que historicamente negados.





A partir desta perspectiva, chegamos ao princípio da anterioridade, de saberes e passos que vêm de longe (WERNECK *et al.*, 2005). Nestes passos, as mulheres e sujeitxs dissidentes desde sempre se colocaram e sim, falaram, gritaram, escreveram livros e poemas, compuseram canções, lideraram comunidades inteiras e se engajaram politicamente. Não há um silenciamento, portanto, e sim uma invisibilização contínua de toda esta produção de conhecimento, cultural, cosmológica, sagrada, artística, musical que englobam vivências e histórias de vida que já existe há muito tempo.

Os movimentos sociais que vêm transformando a academia ao trazer novas perspectivas e ações afirmativas<sup>17</sup> como os estudos de gênero e diversidade, bem como, de uma produção artística engajada feminista antirracista e LGBTTQI com a expressiva (e ainda invisibilizada) produção de artistas e compositoras negras, indígenas e LGBTTQI, vêm traduzindo pautas identitárias, afetivas e políticas em escolhas estéticas *dissidentes*.

Claro que muito há de ser feito ainda, mas já existe em grande amplitude. Por que seguir ignorando esta produção, estes corpos, estas experiências, especificamente? Por que falar sobre mulheres e/ou pessoas trans e suas produções e protagonismos musicais significa falar de parte e não do todo, quando representamos mais da metade da população e a maioria esmagadora das produções, citações, repertórios e referências, ainda é marcadamente masculina, branca, cisgênera e heterossexual e se pretende universalizante? Como mudar esta perspectiva? Talvez um primeiro passo seja buscar reconhecer o que já existe a respeito, toda uma produção significativa de conhecimento e arte engajada, feminista, antirracista e *queer*. Onde estão as mulheres, sujeitxs *dissidentes* e seus protagonismos? Onde estão as autoras? Quantas delas são negras e/ou indígenas? Quantas delas são pessoas LGBTTQI? São algumas perguntas que seguem ecoando...



**Avante ecoando...:  
reconheço e honro as memórias de Cláudia,  
Dandara, Mayara e Marielle: o que estes  
corpos têm em comum?<sup>18</sup>**

**“Nove tiros em uma quarta  
Nove, número sagrado daquela que**

**“faz da insegurança a sua força e do risco de morrer,  
seu alimento”**

**Nove, é dela,  
a que transita em dois mundos**

**O ilá de quem não dorme.”**

**#MariellePresente**

Emanuelle Aduni Góes



Enquanto escrevo este artigo no Vale do Capão, Chapada Diamantina, com acesso precário à internet, recebo a seguinte mensagem de uma querida amiga, compositora negra e recifense que há alguns anos reside em Nova York, Syrlane Albuquerque:

*- Laila eu estou horrorizada, com tanta dor pela morte de Marielle... como eu posso ajudar para que isso pare? Estou desolada!"*

E eu, sem nem saber ainda da história, de Marielle Franco<sup>19</sup>, respondi:

*- Amiga linda e querida, nessas horas a gente se firma na luz e no nosso propósito divino aqui, que é igualmente político. Como ajudar? Seguimos unidas em movimento. As mulheres unidas sempre assustaram e ainda assustam pelo poder que elas têm quando se unem e se articulam, levando e praticando mensagens de consciência e justiça social pelos nossos direitos. Você já faz parte deste movimento. É seguir com confiança. Deixa a tristeza vir, limpa o coração, deixa a tristeza ir e procure se ancorar na energia do grau mais elevado do seu ser. Existe muita maldade no mundo, mas também existe muito amor, muitas transformações e muitas curas. A gente abala, balança, mas não verga. Como o bambu. Seguimos firmes, flexíveis e frágeis também. A vida é uma grande escola de amor e de resiliência. Vamos firmar nossos passos em caminhos de flor. Luz e amor para Marielle e sua família. Te envio energias de cura e de amor desde o Vale do Capão, onde estou vivenciando um profundo processo de cura. Te amo. Xero."*

Quando saio de casa, ainda sem saber quem era Marielle e o que realmente aconteceu, encontro minha vizinha, Aline, pálida e chorosa, compartilhando que estava arrasada, que a conhecia, Marielle costumava frequentar sua casa. Cogitei entrar nas redes sociais para saber detalhes do acontecido, mas optei por me resguardar naquele momento. Estava sozinha no meio do mato em profundo processo de meditação, limpeza e cura e sabia que seria mais um caso brutal de feminicídio, e não somente, está claro que foi um caso de feminicídio, lesbofobia e racismo políticos. Além do mais, estas não são questões "temáticas" e "inéditas" de pesquisa, são materialidades em corpos femininos, negros, indígenas e/ou dissidentes continuamente violadas, exterminadas e invisibilizadas que nos atingem e abalam profundamente.



Quando falamos sobre o tema da violência, falamos de corpos e da empatia – poderia ter sido eu também, embora reconheça que os privilégios da branquitude, da classe social, da cisgeneridade e da heteronorma me preservam cotidianamente de muita violência. Por outro lado, os mesmos me posicionam num lugar de consciência deste privilégio e do que faço com ele para que realmente construamos uma produção de conhecimento e artística/artivista pela transformação social que inclua os direitos humanos e das mulheres. Estou falando do lugar da corresponsabilidade e da empatia...

Deste lugar decidi escrever aqui sobre Marielle, mulher negra, lésbica e periférica, liderança política, ativista dos direitos humanos, vereadora e tantas outras credenciais, assassinada por denunciar a violência policial e do tráfico nos morros do Rio de Janeiro. Trago também as memórias da musicista branca Mayara Amaral, pesquisadora sobre mulheres compositoras para violão, estuprada e assassinada por três homens, claramente um caso de feminicídio; Cláudia Ferreira da Silva, mulher negra, auxiliar de limpeza brutalmente morta e arrastada por um carro da Polícia Militar e Dandara dos Santos, travesti brutalmente assassinada, cujo assassinato, claramente, foi movido por transfeminicídio, tendo sido registrado e postado nas redes sociais. Os resumos das histórias de violência vivenciadas por estas mulheres seguem por ordem cronológica na tentativa de mostrar como as questões levantadas até aqui se materializam em nossas vidas cotidianamente e a importância de nos colocarmos diante delas de maneira consciente e engajada<sup>20</sup>.

### **2015 - Cláudia Ferreira da Silva Ferreira, 38 anos, auxiliar de limpeza, morta arrastada por carro da PM**

*Texto de Camilla de Magalhães Gomes<sup>21</sup>.*

2014 ainda está no início, mas, após três meses, parecem proliferar as notícias que criam em nós a sensação de: “nunca vi coisa tão horrível”. Nunca vi, até que a próxima barbárie seja cometida e nos convença que isso deve mesmo ser apenas parte do cotidiano. Nesse caminho, ficamos anestesiados e acostumados, até que não se tenha mais nada a dizer, apenas um suspiro e um muxoxo: “mais um”.

Na manhã do dia 17 de março, começa a ser divulgado na internet o link de um vídeo com o título: ‘Viatura da PM arrasta mulher por rua da Zona Norte do Rio’. Apertei o play e não passei de dois segundos. Não recomendo. Mas a leitura da



notícia é essencial. Mais do que isso: a leitura crítica do que ela representa é essencial.

**Na descrição:**

*Eram cerca de 9h desse domingo, quando uma viatura do 9º BPM (Rocha Miranda) descia a Estrada Intendente Magalhães, no sentido Marechal Hermes, na Zona Norte do Rio, com o porta-malas aberto. Depois de rolar lá de dentro e ficar pendurado no para-choque do veículo apenas por um pedaço de roupa, o corpo de uma mulher foi arrastado por cerca de 250 metros, batendo contra o asfalto conforme o veículo fazia ultrapassagens. Apesar de alertados por pedestres e motoristas, os PMs não pararam. Um cinegrafista amador que passava pelo local registrou a cena num vídeo.*

*A mulher arrastada era Claudia Silva Ferreira, de 38 anos, baleada durante uma troca de tiros entre policiais do 9º BPM e traficantes do Morro da Congonha, em Madureira, enquanto ia comprar pão. Em depoimento à Polícia Civil, os PMs disseram que a mulher foi socorrida por eles ainda com vida, e levada para o Hospital Carlos Chagas, em Marechal Hermes, mas não resistiu. Já a secretaria Estadual de Saúde informou que a paciente já chegou à unidade morta. Ela levou um tiro no pescoço e outro nas costas. (Grifos meus).*

### **2016 – Dandara dos Santos**

No dia 15 de fevereiro de 2017, Dandara dos Santos, de 42 anos, foi assassinada de maneira violenta por cinco homens na cidade de Fortaleza, no Ceará.

Em vídeo compartilhado nas redes sociais por um dos agressores, a travesti aparece sendo espancada com tapas, chutes, além de receber pauladas por todo o corpo. Um ano depois, o promotor de Justiça Marcus Renan Palácio, da 1ª Promotoria do Júri, afirma que os réus irão a júri popular.

Nas imagens chocantes do assassinato da travesti, ainda é possível ver que os agressores tentam obrigá-la a subir em um carrinho de mão, o que Dandara não consegue fazer por causa dos ferimentos. O caso dela gerou repercussão internacional – e já é considerado uma exceção da Justiça, uma vez que menos de 10% dos homicídios neste universo são investigados, segundo aponta Palácio.<sup>22</sup> (Grifos meus).



## 2017 - Mayara Amaral

Quem é Mayara Amaral?

Minha irmã caçula, mulher, violonista com mestrado pela UFG e uma dissertação incrível sobre mulheres compositoras para violão. Desde ontem Mayara Amaral também é vítima de uma violência que parece cada vez mais banal na nossa sociedade. Crime de ódio contra as mulheres, contra um gênero considerado frágil e, para alguns, inferior e digno de ter sua vida tirada apenas por ser jovem, talentosa, bonita... por ser mulher. Mais uma vez a sociedade falhou e uma mulher, uma jovem professora de música de 27 anos, foi outra vítima da barbárie de homens que não podem nem serem considerados humanos. Foram três, três homens contra uma jovem mulher. Um deles, Luis Alberto Bastos Barbosa, 29 anos, por quem ela estava cegamente apaixonada, atraiu-a para um motel, levando consigo um martelo na mochila. Lá, ele encontrou um de seus comparsas. Em uma das matérias que noticiaram o crime, os suspeitos dizem que mantiveram relações sexuais com minha irmã com o consentimento dela. Para que o martelo, então, se era consentido? Estranhamente, nenhuma das matérias aparece a palavra ESTUPRO, apesar de todas as evidências. Às vezes tenho a sensação de que setores da imprensa estão tomando como verdade a palavra desses assassinos. O tratamento que dão ao caso me indigna profundamente. Quando escrevem que Mayara era a “mulher achada carbonizada” que foi ensaiar com a banda, ela está em uma foto como uma menina. Quando a suspeita envolvia “namorado”, hipersexualizam a imagem dela. Quando a notícia fala que a cena do crime é um motel, minha irmã aparece vulnerável, molhada na praia. Quando falam da inspiração de Mayara, associam-na com a história do pai e avô e a foto muda: é ela com o violão, porém com sua face cortada. Esse tipo de tratamento não representa quem minha irmã foi. Isso é desumanização. Por favor, tenham cuidado, colegas jornalistas. Para nossa tristeza, grande parte das notícias dá bastante voz aos assassinos e fazem coro à falsa ideia de que os acusados só queriam roubar um carro. Um carro que foi vendido por mil reais. Mil reais. Um Gol quadrado, ano 1992. Se eles quisessem só roubá-la, não precisariam atraí-la para um motel. Um dos assassinos, Luís, de família rica, vai tentar se livrar de uma condenação alegando privação momentânea dos sentidos por conta de uso de drogas. Não bastando matar a





minha irmã da forma que fizeram, agora querem destruir sua reputação. Eis a versão do monstro: minha irmã consentiu em ser violada por eles, elas decidiram roubá-la, ela reagiu fisicamente e eles, sob o efeito de drogas, golpearam-na com o martelo – e ela morreu por acidente. Pela memória da minha irmã, e pela de outras mulheres que passaram por esta mesma violência, não propaguem essa mentira! Confio que a Polícia e o Ministério Público não aceitarão esta narrativa covarde, e peço a solidariedade e vigilância de todos para que a justiça seja feita. Na delegacia disseram à minha mãe que uma outra jovem já havia registrado uma denúncia contra Luís por tentativa de abuso sexual... Investiguem! Se essa informação proceder, este é mais um crime pelo qual ele deve responder. E uma prova de como a justiça tem tratado as queixas feitas por nós, mulheres. Se naquela ocasião ele tivesse sido punido exemplarmente, talvez minha irmã não tivesse sofrido este destino. Foi tudo premeditado: ela foi estuprada por dois desumanos. O terceiro comparsa – não menos monstruoso – ajudou a levar o corpo da minha irmã para um lugar ermo, e lá atearam fogo nela, como se a brutalidade das marteladas no crânio já não fosse crueldade demais. Minha irmã foi encontrada com o corpo ainda em chamas, apenas de calcinha e uma de suas mãos foi a única parte de seu corpo que sobrou para que meu pai fizesse o reconhecimento no IML. “Parece que ela fazia uma nota com os dedos”, disse meu pai pelo telefone. A confirmação veio logo depois, com o resultado do exame de DNA. Era ela mesmo e eu gritei um choro sufocado. Eu vou dedicar o meu luto à memória da minha irmã, e a não permitir que ela seja vilipendiada pela versão imunda de seus algozes. Como tantas outras vítimas de violência, a Mayara merece JUSTIÇA – não que isso vá diminuir nossa dor, mas porque só isso pode ajudar a curar uma sociedade doente, e a proteger outras mulheres do mesmo destino. (Grifos meus).

Pauliane Amaral<sup>23</sup>.

### **2018 - Marielle Franco**

NOTA URGENTE | ANISTIA INTERNACIONAL

O Estado, através dos diversos órgãos competentes, deve garantir uma investigação imediata e rigorosa do assassinato da vereadora do Rio de Janeiro e defensora dos direitos humanos Marielle Franco. Marielle foi morta a tiros



na noite desta quarta feira, 14 de março, no bairro do Estácio na cidade do Rio de Janeiro. Marielle Franco é reconhecida por sua histórica luta por direitos humanos, especialmente em defesa dos direitos das mulheres negras e moradores de favelas e periferias e na denúncia da violência policial. Não podem restar dúvidas a respeito do contexto, motivação e autoria do assassinato de Marielle Franco. (Grifos meus).  
#JustiçaParaMarielle<sup>24</sup>

Nota do Neim/UFBA sobre os assassinatos de Marielle Franco e Anderson Gomes  
O Neim/UFBA (Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher) vem a público manifestar sua indignação, tristeza, repúdio e profundo pesar diante dos assassinatos de Marielle Franco e de Anderson Gomes. As mortes, execuções premeditadas, ocorreram na última quarta-feira (14/03) e nos faltam palavras para descrever tamanha brutalidade. Como nos despedirmos dessa mulher negra, feminista, bissexual, vinda da comunidade da Maré, de esquerda socialista, que lutava cotidianamente em defesa da população favelada e acreditava em um mundo livre de desigualdades? Uma mulher que ousou ocupar um espaço na política institucional, tão pouco afeito à presença de pessoas que não sejam brancas, heterossexuais, homens e cisgêneros, para pautar os direitos humanos. A morte de Marielle entra nas estatísticas da guerra contra os pobres que leva ao genocídio da população negra. Há quatro anos, nessa mesma semana e também no Rio de Janeiro, Claudia Silva Ferreira foi baleada e morta ao ser arrastada por um carro da Polícia Militar. Um levantamento feito em novembro de 2017 pelas Nações Unidas demonstrou que a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado no Brasil. E tudo isso acontece em um contexto de intervenção militar federal, cuja tendência é ampliar ainda mais essa violência – Marielle se posicionou veementemente contra a medida e era relatora da comissão que fiscalizaria a ação. Ao mesmo tempo, esse assassinato é um crime contra a democracia. Vereadora do PSOL eleita com 46.502 mil votos na segunda maior cidade do Brasil, Marielle tinha uma carreira política promissora e estava em rápida ascensão. Num Rio de Janeiro que tem sido o laboratório do que há de pior no golpe parlamentar-jurídico-midiático, sua voz, potente, ecoava em defesa dos subalternizados e dos excluídos. Em tempos de fascistização social, sua presença física impactava o





parlamento dessa tão incompleta, frágil e agora suspensa democracia. Era uma ferida aberta e insistente para que os de baixo não fossem esquecidos.

Marielle Franco, em seu pronunciamento no 8 de Março desse ano, havia citado a escritora estadunidense, negra e lésbica Audre Lorde: “Não sou livre enquanto outra mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas”. Nós não descansaremos, Marielle. Sua memória, força e inspiração permanecem. Seguiremos em luta até que todas sejamos livres. (Grifos meus).

Maíra Kubik, diretora do NEIM/UFBA.

Estas são histórias dissidentes de corpos femininos cis e trans diferentes e desiguais que igualmente foram exterminados como corpos e vidas a menos que não importam. Existem várias outras. As estatísticas são alarmantes e o Brasil assume um lugar campeão em dados de (trans) feminicídio, sendo as mulheres negras, mulheres trans e travestis as mais vitimizadas. Honro aqui essas memórias que nos mobilizam a seguir questionando e criando estratégias de enfrentamentos cada vez mais fortalecidas e articuladas. Luto/a. Silêncio. Música<sup>25</sup>.

---

## (TRANS)FEMINICÍDIOS MUSICAIS ENQUANTO CONFINAMENTOS EPISTÊMICOS

Numa engajada proposta antirracista, José Jorge de Carvalho (2005) alerta para uma estrutura de confinamento racial nas universidades brasileiras em relação a real inclusão de pessoas negras no seu corpus docente e discente, mostrando dados alarmantes que refletem um verdadeiro *apartheid* sociorracial<sup>26</sup>.



Numa perspectiva feminista interseccional de produção de conhecimento e justiça social, proponho exercitarmos uma substituição do termo relações raciais para relações de gênero e das sexualidades dissidentes para compreendermos que o confinamento é ainda maior se articulamos as categorias de gênero, raça/etnia, sexualidade, geração, acessibilidade, classe social, dentre demais marcadores sociais. Se não há representatividade negra que realmente reflita a sociedade brasileira em termos numéricos, dado irrefutável do mito da democracia racial, há um confinamento epistêmico sobre uma perspectiva da sociedade brasileira em sua diversidade e desigualdade de gênero também.

A produção de conhecimento das autoras negras e indígenas, por exemplo, continua invisibilizada nos campos hegemônicos; e as autoras trans, ainda mais, considerando que falar sobre mulheres (cis e/ou trans) em sua diversidade étnico-racial é “temático” e/ou “específico”, negando que falamos de grande parte da sociedade brasileira que permanece invisibilizada, sendo diariamente exterminada e tendo os seus direitos violados material e simbolicamente. Ou seja, tal confinamento é androcêntrico, hetero e cisgênero, pois não reconhece que o sexismo, a heterossexualidade e a cisgeneridade são também estruturantes na sociedade brasileira, como é igualmente na academia brasileira e no meio artístico, tal qual o racismo.

Compreender a interseccionalidade é fundamental para criarmos estratégias de enfrentamento às matrizes de desigualdades com interlocuções pautadas pela consciência, gratidão, *guiança* e também pelo acolhimento e redes afetivas que constroem a potente e revolucionária política dos afetos e da amorosidade.

Talvez pareça arrivismo para algumas pessoas, porém acredito que enquanto *queerizar* a academia não significar, efetivamente, uma sabotagem epistêmica – uma fechação babado – em relação às caretices e miradas colonialistas e exotificantes em relação às diversidades corporais e de identidades de gênero, nossas resistências nos sistemas acadêmicos enquanto refúgio não deixam de ser criminosas: bandidas, de nomes sociais precários e ilegais em um mundo que nos odeia e delimita, ousamos na posição de pesquisadoras ao performatizar uma função ininteligível, ao estudar temas a partir de perspectivas que incomodam, ao propor comunidades ao invés de ‘campos de pesquisa’. Que truques dar no sistema, para que ele seja um



espaço efetivamente transformador das realidades que nos circundam? Como sobreviver nele, sabendo dos boicotes, panelas e cordialidades convenientes? Como fazer as epistemologias cisnormativas des+aprenderem suas miradas, epistemologias, metodologias? Conforme as manadas precárias e epistemicamente injustiçadas fizermos valer nossas perspectivas diversas, nossas demandas, nossos sonhos, poderemos ir dismantelando as estruturas supremacistas na academia, de maneira a provocar transformações interseccionais nela.” (VERGUEIRO, 2016, p.98)



Em relação à produção de conhecimento e artística no campo dos estudos sobre música no Brasil, lugar de onde eu falo, há ainda um hiato, um silêncio cortante ou, seu oposto, a crítica e a desqualificação que impossibilitam falar de amor... E, ainda que não seja de amor, e ressalto que acredito na militância amorosa em sua radicalidade, falar sobre estas questões se torna uma ruptura epistêmica dissidente necessária na atual conjuntura política do Brasil. Significa uma fissura na (hetero)norma e também da branquitude que cotidianamente me conferem privilégios. É desde este lugar que falo também.

Interessa aqui discutir sobre a relevância das abordagens (r)existentes sobre as estratégias musicais e criativas destes corpos periféricos, incluindo o meu, em alguma medida, que foram e continuam desde sempre “deslocadas” e “fronteiriças”, compondo espaços de *reXistência* ao racismo e (trans)feminicídio epistêmicos em música. Esta é a proposta por onde estas “notas” emergiram. As mesmas compõem também reflexões sobre possibilidades de ações e produções teóricas e artísticas/artivistas como estratégias de interlocuções necessárias para o fortalecimento do campo, na construção de uma perspectiva realmente inclusiva, considerando a dimensão humana (e não humana) em sua diversidade musical que é profundamente desigual. Por fim, deixo aqui, em aberto, poéticas sonoras de dissidências e *reXistências*. O que você faz com isso, a partir de agora?

*Desejos dissidentes:*

*O subjetivo COMO político.*

*Epistemicídio. Racismo. (Trans)feminicídio.*

*Invisibilização é tentativa (consciente  
ou não) de silenciamento.*

*A invisibilização não é silenciamento...*

*A invisibilização é (Trans)Feminicídio musical.*

*Racismo. Epistemicídio.*

Laila Rosa

*Às resistências, múltiplas e  
eternas (deleuzianamente),*

*Daquelas pessoas entre nós  
que não sobreviveram. [...]*

*Àquelas tantas cosmogonias,  
percepções, contações, formas  
de viver nossas histórias, formas  
de expressar nossas vidas.  
Exterminadas. Em extermínio.[...]*

*Seguimos abaixo, e às esquerdas:  
em corpos, identidades de gênero,  
sexualidades, raças-etnias,  
culturas, ancestralidades diversas:  
em inflexões decoloniais.*

Viviane Vergueiro (2016, p.6).

## ***Feminaria Musical***

*Roda de encerramento do 3o ENNA (Terreiro Gantois): por políticas de reXistências, artivismos e afetividades.*

*Eu sou Laila (Rosa) e a minha palavra é gratidão.*

*Eu sou Bruna (de Jesus) e a minha palavra é amor.*

*Eu sou Nzinga (Mbandi) e a minha palavra é doçura.*

*Eu sou Cristiane (Lima) e a minha palavra é liberdade.*

*Eu sou Ariana (Silva) e a minha palavra é sabedoria.*

*Eu sou Ana Paula (Anjos Fiuza) e a minha frase é amor ao sagrado.*

*Eu sou Marluce Silva e a minha palavra é amor.*

*Eu sou Fran Ribeiro e a minha palavra é irmandade.*

*Eu sou Dineia Brito e a minha palavra é paz.*

*Eu sou Thalita Batuk e a minha palavra é irmandade.*

*Eu sou Alexandra Martins e a minha palavra é paz.*

*Eu sou Maria (Orfinger) e a minha palavra é união.*

*Eu sou Janaína (Casanova) e a minha palavra é afeto.*



## REFERÊNCIAS



- » CARVALHO, José Jorge de. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. **REVISTA USP**, São Paulo, 2005-2006. N.68, p.88-103, dezembro/fevereiro.
- » CRENSHAW WILLIAMS, Kimberlé. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. In: FINEMAN, Martha Albertson, MYKITIUK, Rixanne (org.). **The Public Nature of Private Violence**. New York: Routledge, 1994. p.93-118.
- » CURIEL, Ochy. **La Nación Heterosexual: Análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación**. Bogotá: Brecha Lésbica y En la frontera, 2013.
- » HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu** (5), 1995. p.7-41.
- » LÜHNING, Angela; TUGNY, Rosângela. **Introdução e organização**. Etnomusicologia no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2017. p.19-46.
- » ROSA, Laila. Música e violência: narrativas do divino e feminicídio. In: SARDENBERG, Cecília M. B.; TAVARES, Márcia S. (org.). **Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento**. Coleção Baianas, NEIM. Salvador: EDUFBA, 2016. p.293-326.
- » ROSA, Laila. Pode performance ser no feminino?. **ICTUS: Revista do Programa de Pós-Graduação em Música da UFBA**, 2010. p. 83-99. Disponível em: <<http://www.ictus.ufba.br/index.php/ictus/article/viewFile/218/234>>.
- » ROSA, Laila. **As juremeiras da nação Xambá (Olinda, PE): músicas, performances, representações de feminino e relações de gênero na jurema sagrada**. Tese (Doutorado em Música). PPGM/UFBA, Salvador, 2009. Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.ufba.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=3600](http://www.bibliotecadigital.ufba.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3600)>.
- » ROSA, Laila; BARRETO, Caroline de Lima; PASSOS, Iuri; **3º Encontro Novembro Negro nas Artes (ENNA): reflexões sobre o racismo e (trans)feminicídios epistêmicos e musicais**. Projeto de extensão. Universidade Federal da Bahia. Realizado no Terreiro do Gantois, Salvador, Bahia, 12-14 de dezembro de 2017,



- » SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica.** Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila, 1990, p.1-27. Do texto original: Gender: An Useful Category of Historical Analyses. Gender and the Politics of History. New York: Columbia University Press, 1989.
- » VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade.** 2016. Dissertação (mestrado) – Salvador: Universidade Federal da Bahia Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, 2016.
- » WERNECK, J.; MENDONÇA, M.; HITE, E. (org.) **O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm, de longe.** 2.ed. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2006.

## Notas

**2** O “3o Encontro Novembro Negro nas Artes (ENNA): reflexões sobre o racismo e (trans)feminicídios epistêmicos e musicais” – aconteceu entre 12 a 14 de dezembro de 2017. O ENNA consiste em celebrar o mês da Consciência Negra a partir do diálogo interdisciplinar entre diferentes campos das linguagens artísticas, educação, estudos das relações étnico-raciais e os estudos feministas, com foco em música. O mesmo é organizado pela “Feminaria Musical: grupo de pesquisa e experimentos sonoros”, grupo da Escola de Música e Programa de Pós-Graduação em Música e integra a linha de pesquisa “Gênero, Arte e Cultura” do Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Mulher (NEIM/UFBA). Em suas edições anteriores (2013, 2014 e 2015) o evento reuniu pesquisadoras/es dos estudos sobre gênero, raça e sexualidades em música(s) no Brasil e EUA, artistas de outras linguagens, tais quais, moda e artes visuais, bem como, mestras da cultura popular e militantes dos movimentos sociais. Nesta edição, além das parcerias entre a Escola de Música, o Programa de Pós-Graduação em Música (PPGMUS/UFBA) e o Núcleo de Estudos Interdisciplinares Sobre a Mulher (NEIM/UFBA), o ENNA articula também parcerias importantes com o Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional (PPGPROM/UFBA), o Curso de Música Popular, Curso de Licenciatura em Música (PIBID) da Escola de Música e o histórico Ilê Iyá Omin Axé Iyá Massê, mais conhecido como Terreiro do Gantois, local onde foram realizadas todas as atividades (ROSA; BARRETO e PASSOS, 2017). Performance disponível em: <<https://www.facebook.com/feminariamusical/videos/1511294498990430>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

**3** Em outro momento, escrevendo sobre música e violência no contexto religioso da Jurema Sagrada em Pernambuco, discuti sobre o conceito de feminicídio e de transfeminicídio como importantes categorias para pensar sobre o campo do musical. Igualmente, tentei problematizar como, de modo geral, o campo dos estudos sobre música ainda não se deu conta da desigual e estruturante maneira de como raça, classe social e gênero operam no nosso país de forma interseccionada.

**4** Normalmente em alguns trabalhos politicamente engajados estão vigentes as categorias de classe social e etnicidade para debates sobre políticas públicas, desigualdades e periferias, como no caso de algumas pesquisas sobre música no campo da etnomusicologia brasileira (LÜHNING; TUGNY, 2017). Contudo, pouco se problematiza as questões de gênero e das dissidências sexuais (ROSA, 2016).





- 5** O “I Encontro sobre Arte, Gênero e Diversidade”, realizado no histórico Terreiro da Casa Branca (2018), do qual esta publicação é fruto das palestras, discussões, rodas de conversa, oficinas e performances ali presentes, representou importante exemplo destas importantes interlocuções dissidentes de fortalecimento coletivo pela arte e pelo ativismo.
- 6** O Programa Escola Sem Partido defende uma suposta neutralidade política das escolas estabelecendo “deveres docentes” que, em sua perspectiva, estão proibidos de propagar “doutrinação ideológica”. O mesmo surge de “movimento político criado em 2004 no Brasil, divulgado em todo o país pelo advogado Miguel Nagib. Ele e os defensores do movimento afirmam representar pais e estudantes contrários ao que chamam de “doutrinação ideológica” nas escolas” e tem Alexandre Frota, ex-ator pornô e agora deputado eleito por São Paulo (PSL), um dos seus principais interlocutores ([www.wikipedia.org](http://www.wikipedia.org)), defendendo o projeto de lei “Contra o abuso da liberdade de ensinar” <<http://www.programaescolasempartido.org>>. Acesso em: 10 out. 2016.
- 7** Um dos debates centrais do Programa “Escola Sem Partido” é o ataque à liberdade de ensino e, principalmente, ao debate sobre gênero nas escolas que chamam de “ideologia de gênero”. Encontrei o texto “O perigo da ideologia de gênero nas escolas” por Jefferson Viana\*, publicado em 18 de junho de 2015, numa tentativa de se posicionar contra a inclusão tão amplamente debatida e defendida pelos movimentos de mulheres, feministas e LGBTTTQI, do conceito dos Planos Municipal de Educação: “A ideologia de gênero não é nada mais que a negação de que existem sexos ao nascimento, com a afirmação que a sexualidade é uma construção social, onde a pessoa escolheria o que deseja ser. É também implantada na linguagem, com a negação de gênero nas palavras, com a substituição das letras o e a pela letra x; para dar um exemplo, a palavra menino, ou a sua variação no feminino, que seria a palavra menina, transformam-se em meninx, visando a neutralidade. A ideologia de gênero, na verdade, tem suas origens nas ideias dos pais do comunismo, Karl Marx e Friedrich Engels. [...] Tal ideologia é um crime em vários aspectos [...] o gênero é um conceito ideológico que tenta anular as diferenças e aptidões naturais de cada sexo;” e há ainda o quarto aspecto, que consiste em ignorar o indivíduo em prol da formação de militância e blocos coletivos. Não podemos deixar que o Estado tente definir o que é melhor para os nossos filhos em matéria de educação. É tarefa e direito dos próprios pais definir como esse tema será abordado e tratado nas famílias. (Grifos meus). Disponível em: <<https://www.institutoliberal.org.br>>. Acesso em: 20 ago. 2018.
- 8** Vale destacar que a chamada “ideologia de gênero” tem tido cada vez mais espaço dentro do atual governo brasileiro, o que preocupa a todas nós feministas e movimentos LGBTTTQI enquanto militantes dos direitos humanos. O mesmo se aplica em relação às questões étnicorraciais, trazendo a dimensão interseccional de gênero e raça/etnia. Por outro lado, sentimos um fortalecimento dos movimentos sociais em suas articulações e marchas, produções artísticas e ativismos diversos que questionam a violenta e conservadora ordem posta de ultra-direita.
- 9** Enquanto feminista, mulher cis, filha de união interracial (mãe branca e pai negro) cujo corpo é lido como branco na nossa sociedade racista e patriarcal, heterossexual que “ideologicamente” se considera bissexual, de origem periférica, pernambucana, nordestina oriunda de classe popular, yogini, vegana, pessoa que há alguns anos se engaja numa produção de conhecimento e interlocuções feministas, indígenas, negras e queer pelo bem viver, como bem defendeu a Marcha das Mulheres Negras em 2016.
- 10** A este respeito, Kimberlé Crenshaw Williams (1994, p.94) destaca a importância de reconhecer as identidades políticas de forma social e sistêmicas, como um caminho para o fortalecimento destas identidades enquanto comunidades, seu desenvolvimento intelectual e por fim, na busca por estratégias específicas para suas situações específicas de tripla subordinação e violência (gênero, raça e classe) que, ainda representa uma realidade contemporânea enfrentada cotidianamente.
- 11** Em 2015 foi realizada a “Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver” que apresentou o seguinte manifesto: “Nós, mulheres negras brasileiras, descendentes das aguerridas quilombolas e que lutam pela vida, vimos neste 25 de Julho – Dia da Mulher Afrolatinoamericana e Afrocaribenha denunciar a ação sistemática do racismo e do sexismo com que somos atingidas diariamente mediante a convivência do poder público e da sociedade, com a manutenção



de uma rede de privilégios e de vantagens que nos expropriam oportunidades de condição e plena participação da vida social." Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/manifesto-da-marcha-das-mulheres-negras-2015-contra-o-racismo-e-violencia-e-pelo-bem-viver/>>. Acesso em: 20 ago.2018.

**12** A autora usa o termo *Cistema* como análogo à sistema, mas denunciando que o sistema é cisgênero, racista e transfeminicida (VERGUEIRO, 2016).

**13** Questões que venho discutindo desde outros trabalhos teóricos (ROSA 2016, 2010, 2009, etc.) e também com as minhas próprias produções artísticas e artivistas, tais quais, o CD autoral "Água viva: um Disco Liquido" (2013) [www.soundcloud/laila-rosa](http://www.soundcloud.com/laila-rosa); na composição e direção das trilhas sonoras dos espetáculos "X ou Y: algumas questões sobre gênero" (2015) e "Histórias Delas: questões de gênero?" (2017), que integram parte da trilogia de autoria de Dinah Pereira, tendo contado com as colaborações das compositoras e musicistas Laura Cardoso (2015) e Neila Khadí (2015 e 2017); Trilha Sonora para o Desfile da Coleção Vozes, de Carol Barreto, apresentada em Luanda e Paris; bem como da trilha da Coleção Asè, apresentada ao vivo em residência artística em Nova York, NY (2017) e Williamsburg, Virgínia (2018); Por fim, posso destacar ainda todas as ações e performances poético-musicais que são pensadas coletivamente pela Feminaria Musical: grupo de pesquisa e experimentos sonoros que desde sua criação, em 2012, firma interlocuções com diversos grupos dos movimentos sociais de mulheres e LGBTTQIs, tais quais o Kiu! Grupo de gênero e diversidade da UFBA, Grupo de Mulheres do Alto das Pombas - GRUMAP, realizando eventos em parceria com o Terreiro do Gantois e, neste ano, com Nzinga, grupo de Capoeira Angola, no Alto da Sereia (2018), dentre outras ações.

**14** Ouçamos Lia de Itamaracá, cirandeira pernambucana negra, para uma escuta-respiro de esperança. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Srl2DaTrnsQ>>. Acesso em: 20 de ago. 2018.

**15** Ativista lésbica e negra integrante do Grupo Latinoamericano de Estudio, Formación y Acción Feminista (GLEFAS). Disponível em: <<http://glefas.org>>. Acesso em: 20 de ago.2018.

**16** Profa Mestra, terapeuta e doutoranda do PPGNEIM/UFBA, e tutora da Feminaria Musical.

**17** Tais quais as cotas para pessoas negras, indígenas, quilombolas e trans (agora também no âmbito dos Programas de Pós-Graduação da UFBA, por exemplo).

**18** \*Ouçamos Carolina Maria de Jesus, escritora e compositora negra, para uma escuta-respiro de esperança. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=t3dzlAr4euo>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

**19** Mulher negra e lésbica, ativista dos direitos humanos, uma das vereadoras mais votadas do Rio de Janeiro pelo PSOL.

**20** Apresento diferentes fontes, tais quais, manchetes de jornais online a notas de repúdio e textos publicados e amplamente compartilhados pelo Facebook.

**21** Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2014/03/claudia-silva-ferreira-38-anos-auxiliar-de-limpeza-m>>. Acessado em 20 ago. 2018.

**22** Fonte: Último Segundo - iG @ <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2018-02-16/dandara-travesti-reus-juri.html>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

**23** Irmã de Mayara Amaral. Postagem de 27 de julho de 2017. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1637173466326965&set=a.884418651602454.1073741829.100001029836854&type=3&theater>>. Acesso em: 20 de ago. 2018



CAD.  
GIPE  
CIT  
Salvador  
ano 22  
n 41  
p 7-33  
2018.2

**24** Disponível em: <[https://www.facebook.com/anistiainternacionalbrasil/?hc\\_ref=ARR4Ia\\_bZJ6gQd40JSxvKaVLhkWc-3Q4rZLaARmlyciCR34WeNyyHTVbFxb7adHN0fol&pnref=story](https://www.facebook.com/anistiainternacionalbrasil/?hc_ref=ARR4Ia_bZJ6gQd40JSxvKaVLhkWc-3Q4rZLaARmlyciCR34WeNyyHTVbFxb7adHN0fol&pnref=story)>. Acesso em: 20 ago. 2018.

**25** Ouçamos as Bahias e a Cozinha Mineira, banda protagonizada pelas vozes de Raquel Virgínia e Assucena Assucena, cantoras trans negras, para uma escuta-respiro de esperança. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=47FynU0IRqY>>. Acesso em: 25 ago.2018.

**26** Esse confinamento é especialmente problemático para as ciências sociais, que pretendem explicar o país para todos. A situação mais comum, até agora, nos cursos de Sociologia, Antropologia, Ciência Política, História é que professores e alunos brancos discutam os modelos de relações raciais formulados por autores brancos, partindo do princípio de que esses modelos e interpretações falem da “sociedade brasileira”. Que esses discursos representem apenas a “visão branca” da sociedade brasileira até agora não tem sido colocado por quase nenhum de nós. (CARVALHO, 2005-2006, p.100).



3  
3